

# Literatura afro-brasileira no livro didático da EJA: por uma prática pedagógica antirracista<sup>1</sup>

Allan Fernando Souza Vitor Alves<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo analisa a presença e a abordagem da literatura afro-brasileira nos livros didáticos de Língua Portuguesa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2025, com foco na coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita* (volumes 1 e 2), adotada em uma instituição onde o pesquisador desenvolveu parte de sua trajetória docente durante os estágios supervisionados obrigatórios. De caráter qualitativo, a pesquisa apresenta abordagem exploratória e documental, utilizando análise de conteúdo para examinar autoria, representatividade étnico-racial, temáticas e formas de abordagem literária presentes nos materiais selecionados. Os resultados indicam que a literatura afro-brasileira aparece de forma pontual, superficial e desarticulada, sem intencionalidade pedagógica clara ou aprofundamento estético e político, destacando-se a escassez de textos de autoria negra e a ausência de propostas críticas de leitura que favoreçam o reconhecimento da identidade negra e o pertencimento dos estudantes da EJA. Conclui-se que, apesar de tímidos avanços, os livros didáticos analisados reproduzem uma lógica excludente incompatível com os preceitos da Lei nº 10.639/03 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que reforça a necessidade da elaboração de projetos pedagógicos antirracistas efetivos para o ensino da literatura na EJA. Este estudo contribui para o debate sobre a importância da literatura afro-brasileira como instrumento de representatividade, valorização cultural e justiça racial no contexto da educação de jovens e adultos.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura afro-brasileira; livros didáticos; EJA; educação antirracista; representatividade.

**RESUMEN:** Este estudio analiza la presencia y el enfoque de la literatura afrobrasileña en los libros de texto de Lengua Portuguesa destinados a la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), aprobados por el Programa Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD) 2025, con énfasis en la colección *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita* (volúmenes 1 y 2), adoptada en una institución donde el investigador desarrolló parte de su trayectoria docente durante las prácticas supervisadas obligatorias. De carácter cualitativo, la investigación adopta un enfoque exploratorio y documental, utilizando el análisis de contenido para examinar la autoría, la representatividad étnico-racial, las temáticas y las formas de abordaje literario presentes en los materiales seleccionados. Los resultados indican que la literatura afrobrasileña aparece de manera puntual, superficial y desarticulada, sin una

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso — TCC, ministrada pelo Prof. Dr. Ewerton Ávila dos Anjos Luna, como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco — UFRPE, sob orientação da Prof. Dra. Hérica Karina Cavalcanti de Lima. E-mail: [herica.lima@ufrpe.br](mailto:herica.lima@ufrpe.br)

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em Letras Português-Espanhol pela UFRPE/SEDE. E-mail: [allan.alves@ufrpe.br](mailto:allan.alves@ufrpe.br)

intencionalidad pedagógica clara ni un desarrollo estético y político profundo, destacándose la escasez de textos de autoría negra y la ausencia de propuestas críticas de lectura que favorezcan el reconocimiento de la identidad negra y el sentido de pertenencia de los estudiantes de la EJA. Se concluye que, a pesar de algunos avances incipientes, los libros de texto analizados reproducen una lógica excluyente incompatible con los preceptos de la Ley nº 10.639/03 y de la Base Nacional Común Curricular (BNCC), lo que refuerza la necesidad de elaborar proyectos pedagógicos antirracistas efectivos para la enseñanza de la literatura en la EJA. Este estudio contribuye al debate sobre la importancia de la literatura afrobrasileña como instrumento de representatividad, valorización cultural y justicia racial en el contexto de la educación de jóvenes y adultos.

**PALABRAS CLAVE:** literatura afrobrasileña; libros de texto; EJA; educación antirracista; representatividad.

## **Considerações iniciais**

A formação docente, especialmente no curso de Letras, proporciona experiências que vão muito além do domínio teórico dos conteúdos escolares. Ao longo da licenciatura, os encontros em sala de aula, as leituras compartilhadas, os estágios supervisionados e os debates acadêmicos expõem futuros professores e professoras às múltiplas realidades educacionais e sociais. Essas vivências são fundamentais para que possamos repensar o papel da escola na sociedade, reconhecer os desafios do cotidiano docente e, principalmente, refletir sobre as práticas pedagógicas a partir de uma perspectiva crítica e ética. Ao entrar em contato com diferentes contextos escolares, passamos a compreender a potência transformadora da educação, bem como as limitações e desigualdades que ainda persistem no sistema de ensino, especialmente em modalidades historicamente marginalizadas, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escolha do tema deste artigo nasceu de um conjunto de vivências pessoais, formações acadêmicas e experiências no Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), realizado em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante esse período, pudemos observar de perto a rotina de uma modalidade marcada por desafios estruturais e pedagógicos — entre eles, a ausência total de livros didáticos na escola onde o ESO foi realizado. Em sala de aula, os poucos recursos disponíveis evidenciavam a improvisação constante dos(as) docentes e a invisibilidade dos saberes dos próprios estudantes, em sua maioria pessoas negras, trabalhadoras e com históricos de interrupção escolar.

Ao refletir sobre essa realidade, percebi que, mesmo quando o ensino da literatura aparece em contextos mais sistematizados, ele tende a se basear em uma lógica tradicional, centrada em um cânone branco e eurocentrado, o que contribui para o distanciamento dos(as) estudantes em relação à leitura. Para jovens e adultos negros(as) e periféricos(as), essa ausência de representatividade torna-se ainda mais significativa, pois reforça o sentimento de exclusão cultural e simbólica. Em minha própria formação leitora, foi o contato com obras de autores(as) negros(as) brasileiros(as) que provocou deslocamentos, ampliou meu repertório e me fez compreender a potência crítica, estética e identitária da literatura afro-brasileira.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo investigar como — e se — a literatura afro-brasileira está contemplada nos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em 2025, voltados ao uso na EJA a partir de 2026. O foco recai sobre a análise da coleção Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita (volumes 1 e 2), aprovada nesse ciclo e destinada ao componente curricular de Língua Portuguesa, considerando aspectos como autoria, temáticas abordadas, presença de personagens negros(as), espaço destinado à produção de escritores(as) afrodescendentes e a forma como essas obras são propostas para leitura e interpretação.

A justificativa para essa escolha está amparada não apenas em nossas experiências no chão da escola, mas também na relevância da temática no campo da educação. A literatura é um instrumento potente de formação de subjetividades e de construção de mundos possíveis, sendo fundamental que ela contemple a pluralidade de vozes presentes no Brasil. Além disso, esta pesquisa dialoga diretamente com o que propõe a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a valorização da diversidade, o combate às desigualdades e o compromisso com uma educação antirracista.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com foco na análise documental. Foi selecionada uma coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa aprovada pelo PNLD 2025 para a EJA. A análise será feita a partir de temáticas associadas à cultura afro-brasileira, observando como essas ocorrências aparecem ao longo das unidades e de que maneira são exploradas nas propostas de leitura. O

trabalho se propõe, assim, a refletir criticamente sobre os caminhos possíveis para uma educação literária mais representativa, inclusiva e, sobretudo, antirracista.

A seguir, apresentaremos a base teórica que fundamentou nosso estudo e o percurso metodológico implementado para que nossos objetivos fossem alcançados. Depois, apresentaremos a discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais, que apontam para a presença pontual e ainda limitada da literatura afro-brasileira na coleção analisada, com poucos textos que abordam diretamente a temática racial e uma quase ausência de autoria negra.

## **1. Referencial teórico**

Pensar o ensino de literatura na Educação de Jovens e Adultos exige, antes de tudo, compreender o papel social que essa prática assume na formação de sujeitos historicamente atravessados por desigualdades. Antônio Candido (2004) defende que o acesso à literatura deve ser reconhecido como um direito humano, essencial à dignidade e ao desenvolvimento integral do indivíduo. Segundo o autor, “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (Candido, 2004, p. 180), uma vez que ela nos permite imaginar mundos, compartilhar experiências e compreender o outro.

No entanto, sabemos que esse direito ainda não é plenamente garantido, especialmente quando se trata das vozes negras. A Lei nº 10.639/03, ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, representa uma tentativa de enfrentar essa exclusão estrutural. Como aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais “estabelecem a educação das relações étnico-raciais, como um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão” (Silva, 2008, p. 490). Tal perspectiva exige que repensemos, entre outros aspectos, os materiais didáticos utilizados nas escolas, questionando a ausência sistemática de vozes negras e promovendo uma formação cidadã comprometida com a igualdade racial.

Essa preocupação dialoga diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece como compromisso o respeito à diversidade e à equidade. O documento orienta que os currículos e as propostas pedagógicas das escolas devem considerar “as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (Brasil, 2017, p. 15), promovendo, assim, o reconhecimento e valorização da pluralidade presente nos textos literários. No entanto, o distanciamento entre o que a norma propõe e o que é efetivamente praticado em sala de aula ainda é um desafio.

É justamente essa distância entre o previsto nas diretrizes legais e a realidade dos materiais didáticos que também norteia os trabalhos de Nívia Gouveia (2023) e Ana Carolina Viegas (2023). Ao analisar livros didáticos voltados para o ensino médio, Gouveia destaca a escassa presença das literaturas afro-brasileiras nas escolas, o que contribui para a invisibilização das culturas e identidades negras no ensino básico. Ela ressalta que, embora a Lei 11.645/2008 – que ampliou a Lei 10.639/03 ao incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras – torne obrigatório o ensino da história, cultura e literatura afro-brasileiras e africanas, “não é suficiente apenas tornar o ensino obrigatório. É necessário oferecer formação de qualidade, inicial e continuada para os professores, para que esses possuam embasamento e cânone para apresentar o tema aos alunos” (Gouveia, 2023, p. 39). Sem esse preparo, a aplicação da lei fica comprometida, limitando o direito dos estudantes à representatividade e à educação antirracista.

Nesse contexto, Viegas reforça a crítica à invisibilidade das literaturas africanas e afro-brasileiras no ensino básico, ressaltando que essa ausência não se dá apenas na seleção dos textos, mas também na forma como são abordados em sala de aula. A partir de sua pesquisa, a autora observa que “é possível propor abordagens de estudos dessas literaturas que são desfavorecidas em relação a outras, principalmente no que concerne ao cânone, de modo natural e criativo” (Viegas, 2023, p. 30).

Ela destaca ainda que as sugestões apresentadas “contribuem para com a visibilidade na sala de aula do Ensino Médio das temáticas pontuadas” e que “esse caminho torna o estudo da literatura no Ensino Médio mais plural e cumpre o direito de todos ao acesso às literaturas da África de Língua Portuguesa, como é

determinado pelas leis” (Viegas, 2023, p. 30). Por isso, Viegas defende que, enquanto as questões curriculares não forem resolvidas, essas propostas possam ajudar a superar a falta de formação docente e a ausência dessas literaturas nos conteúdos escolares.

Nesse sentido, os achados de Gouveia e Viegas dialogam com as pesquisas de Santos (2014), que analisa os livros didáticos destinados à EJA no âmbito do PNLD. Santos observa que, apesar do avanço representado pela criação do PNLD EJA, as coleções destinadas a esse segmento ainda apresentam uma escassez significativa na oferta de conteúdos que dialoguem com as especificidades e vivências dos estudantes, apontando, durante suas análises, que “as coleções destinadas à EJA ensaiaram uma tentativa em contribuir para o exercício das práticas de letramento, mas, neste sentido, havia lacunas que precisavam ser preenchidas” (Santos, 2014, p. 23). Além disso, a autora destaca a importância de que os livros didáticos dialoguem com os sujeitos que os utilizam, incorporando suas identidades e histórias, para promover uma pedagogia mais efetiva e significativa.

A convergência dessas pesquisas revela que o apagamento das literaturas afro-brasileiras e africanas na educação básica é resultado de um projeto educacional que ainda falha em garantir a representatividade necessária, sinalizando a urgência de ações pedagógicas e políticas que ampliem o acesso e valorizem esses conteúdos.

Outro conceito importante para pensar o lugar da literatura negra na escola é o de letramentos de reexistência, que se configura como um conjunto de práticas sociais da língua escrita e oral que, segundo Ana Lucia Silva Souza (2008, p. 7), “mostra-se não linear, multimodal, heterogênea e crítica”, e que responsivamente questionam, contestam, criam e propõem alterações nos moldes e nos espaços já ratificados e socialmente legitimados em relação aos usos da linguagem em sociedade. Souza ainda reforça que essas práticas emergem a partir das experiências educativas compartilhadas na esfera escolar, no cotidiano e nos movimentos sociais negros, tornando-as próprias, o que permite aos sujeitos redimensionarem suas identidades, ressignificando papéis e lugares sociais a eles atribuídos por uma sociedade ainda marcada por desigualdades raciais e sociais.

Retomando esse conceito, Kassandra Muniz, Thiago Henrique Borges Brito e Ana Lucia Silva Souza (2018) desenvolvem experiências pedagógicas com

estudantes negros, mostrando como práticas voltadas à valorização das identidades negras — por meio da leitura, escrita e produção cultural — podem fortalecer vínculos, promover a autoestima e estimular a crítica social.

Essa proposta dialoga diretamente com a noção de escrevivência, formulada por Conceição Evaristo (apud DUARTE; NUNES, 2020), segundo a qual a escrita literária é marcada pelas experiências de vida de mulheres negras que narram suas dores, memórias e resistências. Para a autora, os textos partem do vivido, da experiência cotidiana, do corpo, da memória, da ancestralidade. Ao escrever a partir de si, sujeitos historicamente silenciados passam a afirmar sua existência e sua visão de mundo — gesto que é, ao mesmo tempo, político e poético.

A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens. (Evaristo, apud Duarte; Nunes, 2020, p. 32).

No contexto educacional, reconhecer a escrevivência como categoria de leitura e produção literária é essencial para que estudantes da EJA se vejam nos textos e possam também escrever suas próprias histórias.

Por fim, é necessário considerar que a formação do leitor escolar ainda está marcada por escolhas que privilegiam um cânone branco e eurocentrado. Como apontam Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2019), a leitura escolar historicamente se estruturou sobre a exclusão das vozes populares, femininas e negras, o que revela uma concepção limitada de cultura e de literatura. A superação desse modelo requer, portanto, um compromisso pedagógico com a diversidade e com a valorização das narrativas marginalizadas.

Desse modo, a literatura afro-brasileira não deve ser tratada como conteúdo periférico, mas como eixo estruturante de uma proposta pedagógica antirracista. Santos (2014) defende que a inserção crítica dessas produções no ensino da EJA pode promover o reconhecimento da identidade dos estudantes, o resgate da ancestralidade e a construção de uma nova epistemologia de ensino, pautada na justiça racial.

A análise da coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita* parte desse referencial crítico, buscando compreender se e como os livros didáticos aprovados

pelo PNLD 2025 para a EJA incorporam a literatura afro-brasileira em diálogo com os princípios de uma educação antirracista. O objetivo é refletir sobre os limites e as possibilidades desses materiais na promoção de uma formação leitora mais plural, crítica e comprometida com a representatividade.

## **2. Metodologia**

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e documental, voltada à análise crítica de materiais didáticos de Língua Portuguesa destinados à EJA. O corpus da investigação é composto pela coleção Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita (volumes 1 e 2 do livro do estudante), desenvolvida pela Editora Moderna e aprovada no PNLD 2025, para uso a partir do ano letivo de 2026.

A escolha desse material está diretamente relacionada à escola onde realizei os estágios supervisionados obrigatórios, uma vez que essa foi a coleção aprovada pela instituição para ser utilizada com as turmas da EJA. Trata-se de um marco importante para a escola, que contará pela primeira vez com livros didáticos específicos para essa modalidade de ensino, o que reforça a relevância e atualidade da pesquisa.

A análise visa verificar se e como o material incorpora a literatura afro-brasileira, observando sua relação com os princípios de uma educação antirracista, conforme estabelece a Lei nº 10.639/03 e orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A coleta de dados se deu por meio de leitura sistemática e análise documental dos volumes selecionados. O método de análise adotado foi a análise de conteúdo, com enfoque interpretativo-crítico, o que permitiu identificar a presença, a representatividade e as possíveis lacunas relacionadas à literatura afro-brasileira nos materiais didáticos.

Nesse processo, observamos especialmente os seguintes aspectos:

- a presença e frequência de obras de autores(as) afro-brasileiros(as) nos livros didáticos de Língua Portuguesa para EJA;
- as temáticas abordadas que dialogam com a cultura, a história e as experiências da população negra brasileira;

- a forma como a representatividade é construída, considerando a autoria e os sujeitos retratados nos textos literários;
- possíveis ausências ou lacunas que comprometam a valorização da identidade negra e da diversidade cultural.

As categorias de análise foram fundamentadas em estudos sobre literatura afro-brasileira, educação antirracista e formação leitora, conforme discutido no referencial teórico. Buscamos, assim, compreender em que medida o material analisado contribui (ou não) para uma formação literária plural, representativa e sintonizada com a promoção de justiça racial na educação.

A partir dessa investigação, esperamos contribuir com o debate sobre a importância da presença da literatura afro-brasileira nos livros didáticos, reafirmando seu papel na construção de uma prática pedagógica antirracista, crítica e mais inclusiva no ensino de Língua Portuguesa para jovens e adultos no Brasil.

### **3. Análise dos dados**

A coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita*, aprovada pelo PNLD 2025 e destinada ao uso na Educação de Jovens e Adultos a partir de 2026, é composta por dois volumes organizados em seis unidades temáticas cada. A proposta da obra é apresentar gêneros textuais diversos de maneira contextualizada, com ênfase no cotidiano e na vida dos estudantes jovens e adultos. No entanto, a análise desenvolvida neste trabalho, que considerou todas as atividades dos livros que abordam a cultura negra, a partir da ótica da representatividade étnico-racial e da presença da literatura afro-brasileira, observou uma presença tímida e, por vezes, superficial de autores e temáticas relacionadas a essa abordagem.

No Volume 1 da coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita*, na Unidade 1 – “Identidade e pluralidade”, apresenta-se o texto informativo “Vocabulário brasileiro – Culturas africanas influenciaram nosso idioma” (p. 68), de Heidi Strecker, que aborda a contribuição das línguas africanas, especialmente as de origem banta, jeje e nagô, para o vocabulário do português falado no Brasil.

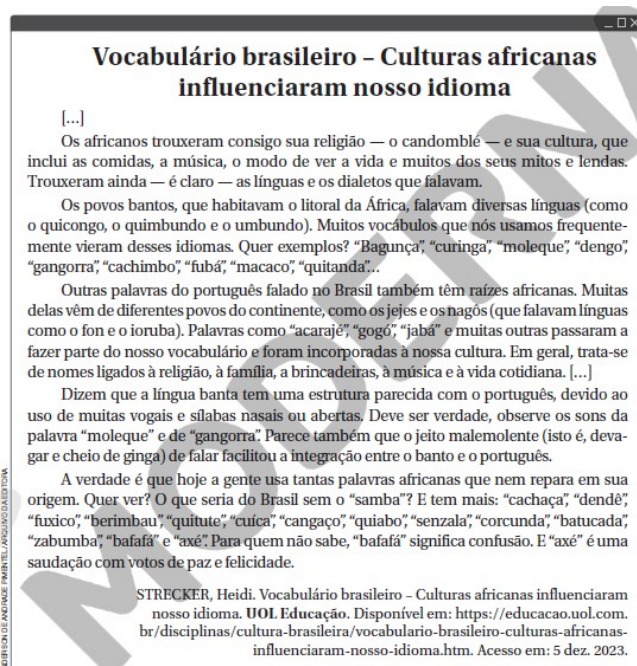
Embora o texto se relacione tematicamente com a cultura afro-brasileira e cite elementos relevantes como o candomblé, a música e o vocabulário de origem africana, sua presença no material didático não atende plenamente às exigências da

Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Primeiramente, trata-se de um texto de caráter informativo e não de uma obra literária afro-brasileira, conforme definido pelo arcabouço legal que propõe o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana por meio da valorização de produções artísticas, estéticas e simbólicas protagonizadas por pessoas negras.

A autora, que não é negra, representa um apagamento epistêmico recorrente nos materiais didáticos, nos quais as vozes negras são frequentemente substituídas por discursos brancos que falam sobre a cultura africana, mas não a partir *da sua* experiência. Além disso, embora o texto apresente uma visão positiva das contribuições africanas, adota uma linguagem simplificadora e pouco crítica sobre o processo de escravização, tratando-o de forma descontextualizada e sem apontar a violência colonial sofrida pelo povo africano.

A ausência de um tratamento histórico crítico, a falta de autoria negra e o uso da cultura negra apenas como objeto de curiosidade linguística tornam essa inserção insuficiente do ponto de vista da legislação vigente, que propõe não apenas a inserção de conteúdos, mas o fortalecimento de identidades negras por meio da valorização de suas produções culturais e intelectuais.

**Figura 1 – Texto complementar: Vocabulário brasileiro – Culturas africanas influenciaram nosso idioma**



Fonte: MODERNA, v.1, 2025, p. 68.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, no volume 2 da coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita*, na Unidade 2 – “Sociedade em movimento”, encontra-se o texto “O que é racismo estrutural?” (p. 137), retirado do portal *Polítize!*, que propõe uma introdução ao conceito de racismo estrutural a partir de uma contextualização histórica, mencionando o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos e relacionando-o à realidade brasileira por meio de dados do Mapa da Violência. O texto cumpre um papel relevante ao explicitar a persistência das desigualdades raciais como parte da estrutura social, política e econômica do país, oferecendo ao leitor da EJA um ponto de partida para discussões sobre preconceito e discriminação racial.

## Figura 2 – Para ler e entender: “O que é racismo estrutural?”

### Para ler e entender: “O que é racismo estrutural?”

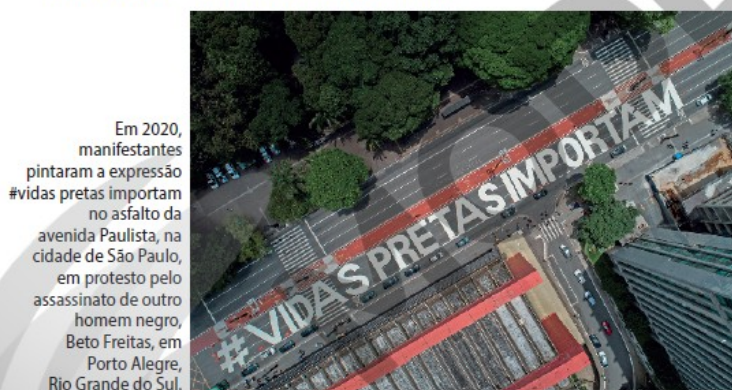
A seguir, você vai ler um texto do portal *Polítize!*. O título do texto é uma pergunta. Ao lê-lo, você consegue imaginar do que o texto vai tratar? Em sua opinião, de que maneira essa pergunta vai ser respondida no texto?

Faça a leitura do texto e verifique se suas hipóteses podem ser confirmadas.

#### O que é racismo estrutural?

No ano de 2020, a morte de George Floyd, afro-americano de 40 anos morto asfixiado por um policial, nos Estados Unidos, desencadeou uma sequência de protestos que denunciavam não só a violência policial, mas o preconceito e a discriminação racial presente na sociedade estadunidense.

Com o *slogan* “Vidas negras importam”, as manifestações popularizaram o debate sobre esse episódio não ser apenas um ato de violência policial, mas a consequência de um racismo estrutural no país.



Fonte: MODERNA, v.2, 2025, p. 137.

Contudo, apesar de seu valor informativo, a abordagem apresenta limitações significativas do ponto de vista da efetivação da Lei nº 10.639/200 que, assim como

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), não se restringe à inclusão pontual de conteúdos sobre desigualdade, mas propõe a valorização das experiências, produções e protagonismos negros em diferentes áreas do conhecimento, especialmente na literatura, na arte e na história. Nesse sentido, a ausência de autoria negra no texto, aliada à falta de articulação com obras literárias afro-brasileiras ou com referências a intelectuais negros e negras, demonstra uma abordagem fragmentada e descolada das vivências concretas dos estudantes da EJA, majoritariamente pretos e pardos.

Além disso, a proposta pedagógica que acompanha o texto não estimula uma leitura crítica a partir da realidade dos próprios sujeitos da EJA. Falta um trabalho de mediação que conecte o conteúdo teórico ao cotidiano dos estudantes, às suas trajetórias de resistência e à produção cultural negra contemporânea.

Essa limitação vai ao encontro das críticas feitas por Viegas (2023), que aponta que, mesmo quando os materiais didáticos incorporam conteúdos relacionados às questões raciais, isso costuma ocorrer de maneira pontual e descontextualizada, sem que haja um trabalho de valorização estética e política dessas produções.

Ainda na Unidade 2 do Volume 2, o material didático traz o artigo de opinião “O racismo é uma presença real na medicina brasileira e mundial” (p. 151), publicado no Jornal da USP, que aborda os impactos do racismo institucional no sistema de saúde. O texto repercute uma pesquisa realizada entre 2010 e 2021, a qual demonstrou que pessoas negras são as mais afetadas por incidentes médicos no Brasil. A doutoranda Mônica Mendes Gonçalves é citada para discutir como a burocracia, as desigualdades estruturais e a omissão nas políticas públicas de saúde reforçam o racismo institucionalizado, impactando diretamente a vida e a morte de sujeitos negros. Tais reflexões são fundamentais para compreender a dimensão estrutural do racismo no Brasil contemporâneo.

**Figura 3 – Artigo de opinião: “O racismo é uma presença real na medicina brasileira e mundial”**



**Fonte:** MODERNA, v.2, 2025, p. 151.

No entanto, embora o tema seja relevante e a presença desse tipo de conteúdo contribua para a construção de uma consciência crítica nos estudantes da EJA, é possível perceber que o tratamento do assunto ainda se mantém restrito a uma abordagem informativa e opinativa. O material não propõe leituras literárias de autoria negra que permitam que os estudantes entrem em contato com as experiências, memórias e produções estéticas de sujeitos historicamente silenciados. A literatura afro-brasileira, enquanto espaço de reconstrução de subjetividades e de resistência simbólica, continua ausente das práticas de leitura sugeridas, o que limita o alcance formativo do conteúdo abordado.

Nesse sentido, a abordagem do racismo como problema social deve ser complementada por estratégias que visibilizem a cultura negra como potência estética, política e epistêmica. Inserir narrativas literárias negras nesse contexto permitiria deslocar o olhar dos estudantes da posição passiva de quem apenas consome informações para a de sujeitos críticos, capazes de reconhecer o racismo em suas múltiplas expressões e, ao mesmo tempo, se enxergar como protagonistas de suas histórias. A literatura de autoria negra, ao articular dor e potência, memória

e futuro, identidade e reexistência, constitui um caminho potente para que a EJA contribua com a formação cidadã e antirracista dos sujeitos jovens e adultos.

A escolha de textos informativos, embora relevante, deixa em segundo plano a literatura como ferramenta de sensibilização e valorização identitária. Como destaca Gouveia (2023), a negligência da literatura africana e afro-brasileira nos livros didáticos compromete o direito à representatividade e reforça o silenciamento histórico dessas vozes na escola.

Santos (2014) observa ainda que a ausência da literatura negra no currículo da EJA não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, pois se manifesta na falta de valorização dos autores negros e na ausência de abordagens interseccionais. Essa constatação reforça a crítica de Viegas (2023) e Gouveia (2023), para quem a presença negra nos materiais didáticos precisa ser afirmada com profundidade, continuidade e com vínculos estéticos e políticos.

Além disso, Santos chama atenção para o perfil do público atendido pela EJA: majoritariamente negro, trabalhador e marcado por experiências de exclusão escolar. Nesse cenário, a valorização da literatura afro-brasileira pode funcionar como um dispositivo de reencantamento da leitura e do pertencimento. No entanto, como os dados desta análise revelam, a obra *Nova EJA Moderna* ainda está aquém dessa proposta, limitando-se a estratégias de reconhecimento simbólico pontual, sem inserir os estudantes negros como sujeitos epistêmicos. Nesse aspecto, é possível afirmar que o projeto editorial da coleção parece alinhado a uma perspectiva de formação técnica e funcional da leitura, como também denunciado pela autora, em que o compromisso com a transformação social e com a justiça racial ainda não se consolida como eixo estruturante.

A convergência entre os achados de Gouveia, Viegas e Santos revela um padrão de apagamento que ultrapassa os níveis de ensino e compromete os princípios de uma educação verdadeiramente antirracista. Embora a coleção *Nova EJA Moderna* apresente avanços pontuais ao abordar temas como racismo, diversidade e direitos, sua proposta literária ainda carece de profundidade, intencionalidade e continuidade. A ausência de uma curadoria que valorize a literatura afro-brasileira como eixo estruturante revela-se como uma lacuna a ser enfrentada, sobretudo no contexto da EJA, cujos estudantes são majoritariamente negros e marginalizados.

Dessa forma, a análise aponta para a urgência de um compromisso efetivo com a representatividade nos materiais didáticos, especialmente aqueles destinados à formação de jovens e adultos que historicamente foram excluídos do acesso à escola e à leitura literária. Não se trata apenas de cumprir a legislação, mas de construir um projeto de ensino que reconheça os sujeitos da EJA como detentores de histórias, saberes e potências criativas. Valorizar a literatura afro-brasileira nesse contexto é mais do que atender à legislação: é promover o direito à existência, à memória e à construção de outras narrativas possíveis.

Na Unidade 0 – Capítulo A, nas páginas 18, 19 e 20, do Volume 2 da coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita*, observa-se um esforço do material didático em ampliar a abordagem do racismo, articulando questões relacionadas ao mundo do trabalho e às expressões artísticas. Na página 18, é proposta a produção de minibiografias a partir da leitura da vida de Sonia Guimarães, física e professora negra, primeira mulher negra a lecionar no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). A leitura de sua trajetória, marcada por conquistas acadêmicas e profissionais em espaços majoritariamente brancos e masculinos, contribui para o reconhecimento de figuras negras no campo da ciência, rompendo estereótipos de incapacidade intelectual historicamente atribuídos à população negra.

#### Figura 4 – Para colocar em prática: minibiografia

##### Para colocar em prática: minibiografia

Você vai escrever sua minibiografia. Seu texto vai ser compartilhado com a turma para que todos se conheçam um pouco mais.

##### Planejamento

1 Para se inspirar, leia esta minibiografia.

Sonia Guimarães, nascida em São Paulo em 1956, filha de tapeceiro e de dona de casa, sempre foi a segunda da classe em todas as matérias e era uma apaixonada pelas professoras e pelos professores de Matemática, Física e Química. Em 1974, conclui o colegial e então ingressa no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, onde faz o curso técnico em edificações. Ela ingressa no curso de Licenciatura em Ciências na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o conclui em 1979. Então, em 1983, finaliza o mestrado em Física Aplicada pelo Instituto de Física e Química de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP). Em 1989, Sonia obtém o título de **Ph.D.** em materiais eletrônicos pelo Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade de Manchester [na Inglaterra]. Em 1993, Sonia torna-se professora de Física no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Atualmente, é funcionária do Ministério da Defesa do Brasil, no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), como professora adjunta do ITA.



Sonia Guimarães, em 2024.

ROSA, Katemari Diogo da. Sonia Guimarães. *Revista da ABPN*, [S. L.], v. 12, n. 33, p. 745–749, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1043>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Fonte: MODERNA, v.2, 2025, p. 18.

Ainda na página 18, mais do que conhecer a vida de Sonia, os estudantes são convidados a escrever suas próprias minibiografias. Essa atividade, em consonância com os princípios da Lei nº 10.639/03, que preconiza o reconhecimento e a valorização das matrizes africanas e afro-brasileiras em diferentes dimensões sociais e escolares, é uma estratégia pedagógica muito positiva, pois valoriza a experiência individual dos alunos, colocando-os como protagonistas de suas próprias histórias. A produção desses textos possibilita o reconhecimento das trajetórias singulares dos sujeitos, frequentemente marcadas por exclusão e invisibilidade, e oferece um espaço para que expressem suas identidades de forma autêntica e empoderada.

Esse exercício ganha ainda mais significado quando associado ao conceito de *escrevivência*, termo desenvolvido pela escritora Conceição Evaristo, que enfatiza a escrita como um modo de resistência e afirmação das vivências negras. A *escrevivência* representa uma escrita que nasce da experiência vivida e que traduz as memórias, dores e lutas em narrativas que contestam o apagamento e valorizam a subjetividade negra (apud DUARTE; NUNES, 2020). Assim, a atividade de autobiografia proposta pelo material didático não apenas incentiva a expressão pessoal, mas também dialoga com uma perspectiva teórica potente que entende a escrita como instrumento de construção de identidade e reexistência. Integrar essa concepção à prática pedagógica fortalece a educação antirracista e promove um letramento crítico que vai além da simples reprodução de conteúdos, abrindo caminho para o empoderamento dos estudantes da EJA enquanto sujeitos históricos e culturais.

No entanto, ainda que relevantes, esses conteúdos se apresentam de forma pontual e não se articulam diretamente com propostas de leitura literária de autoria negra, o que limita a possibilidade de construção de um letramento crítico mais aprofundado. Para atender de forma plena ao que estabelece a Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, é necessário que o material didático promova a presença sistemática de vozes negras também na literatura, ampliando as experiências de leitura para além de textos informativos e entrevistas.

Dando continuidade à valorização das múltiplas expressões da cultura negra, o material didático propõe, na sequência, a leitura de uma resenha sobre o álbum

*Índigo Borboleta Anil*, da cantora Liniker, presente no capítulo 2 da Unidade 1. O texto, uma transcrição do vídeo publicado no canal “Som do Dan”, amplia o repertório cultural ao abordar a obra de uma artista transgênero negra que se destaca na cena musical contemporânea. Ainda que não se trate de uma produção literária, a inclusão da resenha como objeto de leitura evidencia uma proposta pedagógica que busca articular diferentes linguagens e suportes midiáticos, promovendo uma leitura crítica e sensível das manifestações artísticas atuais. A atividade estimula a reflexão sobre identidade, gênero e linguagem, integrando aspectos socioculturais relevantes para a formação cidadã dos estudantes da EJA.

### Figura 6 – Para ler e entender: “Índigo Borboleta Anil – Liniker [Resenha do álbum]”

#### Para ler e entender: “Índigo Borboleta Anil – Liniker [Resenha do álbum]”

O texto que você vai ler a seguir é a transcrição de um vídeo. Antes de lê-lo por inteiro, preste atenção ao título, analisando cada um de seus elementos, e levante hipóteses: qual será o tema do texto?

#### *Índigo Borboleta Anil* – Liniker [Resenha do álbum]

[...]

O vídeo de hoje é uma resenha do novo álbum da Liniker, *Índigo Borboleta Anil*, lançado no ano passado. Esta é uma das resenhas mais antecipadas que eu tenho aqui neste canal, porque já teve muita gente pedindo, e eu tava esperando o momento certo pra realmente ter digerido toda essa experiência e falar pra vocês um pouco o que eu achei.

A Liniker, hoje, ela já é uma cantora consagrada num cenário assim como um *meo soul*, uma... nova onda assim influenciada também por jazz e alguns outros gêneros de música negra.

Algumas palavras pra começar a definir e entender o que que é esse novo álbum *Índigo Borboleta Anil*: nostálgico, lírico e emocional. A Liniker tá cantando sobre coisas da infância, coisas antigas, coisas novas. Ela tá cantando sobre aquele primeiro momento quando a gente conhece o amor, quando a gente tá começando a se apaixonar.



Fonte: MODERNA, v.2, 2025 p. 71.

No final do Capítulo 5 da Unidade 2, é proposta uma atividade de intervenção comunitária que visa aprofundar o debate sobre o racismo estrutural a partir da criação de cartazes informativos. Essa proposta assume um caráter pedagógico ativo e socialmente engajado, aproximando o conteúdo escolar das vivências concretas dos estudantes da EJA. A ideia de pesquisar leis, penalidades e canais de denúncia, seguida da elaboração de materiais de conscientização a serem fixados na escola e em espaços públicos da comunidade, sugere uma prática que extrapola os limites da sala de aula e articula educação, cidadania e transformação social.

**Figura 7 – Para atuar: combate ao racismo**


**PARA ATUAR: COMBATE AO RACISMO**

Neste capítulo, você teve a oportunidade de aprender sobre o racismo estrutural e refletir sobre esse assunto discutindo-o com os colegas. Agora, vocês vão debater um pouco mais o racismo, pesquisar e, ao final, criar cartazes para expor na escola e em lugares acessíveis à comunidade. O objetivo dessa ação é informar a população sobre os canais de denúncia do racismo.

**Reflexão**

Com os colegas, façam uma reflexão tomando como base os questionamentos a seguir.

- Em casa, vocês costumam discutir o racismo com seus familiares?
- No dia a dia, muitas expressões usadas de forma recorrente carregam um sentido pejorativo que promove uma visão negativa da pessoa negra. Vocês conhecem algumas dessas expressões? Quais? Por que é importante não empregá-las?
- De que forma manifestações racistas podem ser identificadas no dia a dia?



Campanha contra o racismo em partida de futebol entre Flamengo e Cruzeiro, válida pela oitava rodada do Campeonato Brasileiro de 2023, realizada no estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro.

**Atuação**

Agora, é chegado o momento de vocês se reunirem em grupos. Vocês vão pesquisar temas relacionados ao racismo e criar cartazes com informações úteis para a comunidade em que vivem. Sigam estas orientações:

- 1 Pesquem em bibliotecas ou na internet leis e penalidades existentes no país para o crime de racismo ou injúria racial.
- 2 Procurem informações sobre canais de denúncia de manifestações racistas e as formas de denunciá-las.
- 3 Produzam cartazes com essas informações e peçam autorização da direção da escola e dos donos de estabelecimentos comerciais do bairro em que moram para fixarem os cartazes.
- 4 Nos cartazes, incluam telefones, e-mails e páginas da internet que recebem as denúncias. Isso pode ser útil para as pessoas da comunidade que são vítimas de racismo ou presenciam comportamentos racistas.
- 5 Ao final, organizem uma roda de conversa e discutam o que aprenderam ao realizar a atividade.

**Fonte:** MODERNA, v.2, 2025, p. 153.

Além disso, a atividade é acompanhada por um momento de reflexão crítica, que convida os estudantes a partilharem experiências e percepções sobre o racismo em seu cotidiano. As perguntas orientadoras promovem o reconhecimento de expressões linguísticas de cunho racista, muitas vezes naturalizadas, e incentivam o debate sobre as formas de manifestação e combate ao racismo nas interações cotidianas.

Trata-se, portanto, de uma ação didática significativa, que mobiliza conhecimentos interdisciplinares e promove o engajamento dos sujeitos da EJA em práticas de resistência e denúncia das desigualdades raciais. Ainda que a execução concreta da proposta dependa do interesse e da mediação crítica do docente, a sua presença no material representa uma possibilidade real de fortalecimento do protagonismo dos estudantes e de construção de uma escola socialmente comprometida.

Diante do exposto, a análise da coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita* evidencia avanços pontuais na abordagem da temática étnico-racial, mas também revela fragilidades significativas em relação ao cumprimento das diretrizes

legais e pedagógicas que orientam a educação das relações étnico-raciais. A presença da cultura negra no material, embora existente, ainda se manifesta de forma fragmentada, com predominância de textos informativos em detrimento da literatura afro-brasileira e ausência de autoria negra em muitos casos.

A valorização da diversidade cultural precisa extrapolar o discurso da representatividade simbólica e se consolidar como eixo formativo, promovendo experiências estéticas e intelectuais ancoradas nas epistemologias negras. Para que a EJA se configure como espaço de resistência e reexistência, é necessário que o livro didático reconheça, integre e potencialize as vozes, memórias e produções dos sujeitos negros, garantindo não apenas o acesso ao conteúdo, mas o direito à pertença e à construção de novas narrativas.

#### **4. Considerações finais**

A análise da coleção *Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita*, aprovada pela escola onde realizei meus estágios supervisionados obrigatórios e que será implementada em 2026, revelou tensões importantes entre o que propõem os marcos legais e curriculares — como a Lei nº 10.639/03 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — e o que de fato se concretiza nos materiais didáticos. A presença da literatura afro-brasileira, quando existente, surge de forma pontual, sem um projeto pedagógico contínuo, crítica social consistente ou estratégias que valorizem as vozes negras em suas múltiplas dimensões.

A investigação proposta teve como foco compreender como a literatura afro-brasileira está sendo incorporada nos livros didáticos de Língua Portuguesa destinados à EJA e em que medida essa presença contribui para uma prática pedagógica antirracista. O percurso metodológico — de base qualitativa, exploratória e documental — possibilitou observar aspectos fundamentais da obra analisada, como autoria, representatividade étnico-racial dos sujeitos retratados, temáticas abordadas e o espaço dedicado à produção de escritores(as) negros(as).

Embora existam trechos que apresentam personagens negros e menções ao tema do racismo, eles são, em sua maioria, abordados de forma episódica, descontextualizada e sem aprofundamento crítico. Esse diagnóstico dialoga diretamente com os achados de Gouveia (2023) e Viegas (2023), que identificaram

em seus trabalhos a superficialidade com que as literaturas africanas e afro-brasileiras aparecem nos livros didáticos. Ambas defendem que a presença não basta: é necessário que essas obras sejam efetivamente valorizadas, lidas com intencionalidade e mediadas com profundidade estética e política, promovendo, assim, o reconhecimento e a construção de novas formas de pertencimento.

A partir da tese Santos (2014), torna-se ainda mais evidente que os materiais destinados à EJA, mesmo após décadas de formulações legais voltadas para a valorização da diversidade, continuam estruturados por uma lógica homogeneizadora e branca. Para a autora, essa invisibilização das culturas e histórias negras no campo da EJA revela o quanto a política educacional ainda não tem sido pensada de forma equitativa para todos os públicos, sobretudo aqueles historicamente marcados por processos de exclusão. Santos destaca que, nos livros didáticos aprovados pelo PNLD, há uma ausência sistemática de conteúdos voltados à valorização da cultura afro-brasileira, o que compromete a função social da escola e o direito dos estudantes da EJA à representatividade e à cidadania.

A análise realizada neste trabalho permite constatar que a literatura afro-brasileira, apesar de seu potencial pedagógico e político, ainda ocupa um lugar marginal nos materiais escolares. Essa exclusão reforça um modelo de leitura centrado em um cânone branco e eurocentrado, como já apontavam Lajolo e Zilberman (2019), e impede a construção de uma educação voltada para a diversidade. Para além da presença ou ausência de autores negros, o que está em jogo é a forma como a escola compreende a literatura: se como um instrumento de reprodução ou de transformação.

Como aponta Silva (2008), implementar uma educação que valorize a história e a cultura afro-brasileira requer compromisso ético e político, bem como a revisão crítica dos recursos didáticos utilizados em sala de aula. No caso da EJA, esse compromisso precisa considerar também as trajetórias específicas dos estudantes — muitos dos quais negros, trabalhadores e marcados por interrupções escolares — que carregam consigo experiências ricas, potentes e merecedoras de escuta e legitimação.

Diante disso, é urgente repensar o conteúdo e a qualidade dos livros didáticos no contexto da EJA. O ensino de literatura precisa se transformar em uma prática crítica e libertadora, que reconheça as múltiplas vozes e histórias dos sujeitos que

compõem a sala de aula. A literatura afro-brasileira não pode continuar sendo tratada como um “adendo”, mas como um componente central de uma pedagogia antirracista, que rompa com as estruturas de silenciamento e exclusão.

Como proposta para estudos futuros, sugere-se a ampliação desta pesquisa para outras coleções aprovadas pelo PNLD, buscando estabelecer comparações e identificar possíveis avanços ou retrocessos no tratamento das literaturas afro-brasileiras. Também seria relevante realizar estudos que analisem a recepção dessas obras pelos próprios estudantes da EJA, investigando como se sentem diante de textos que os representam — ou que continuam a apagá-los. Além disso, é imprescindível discutir a formação docente para o trabalho com a literatura negra: é necessário preparar professores para ler, interpretar, mediar e valorizar esses textos com consciência crítica e sensibilidade cultural.

Por fim, acredita-se que o ensino de literatura, quando comprometido com a escuta das vivências negras e periféricas, pode tornar-se uma ferramenta de reexistência — conceito trazido por Souza (2009) e ampliado por autores como Muniz, Brito e Souza (2018) — e de escrevivência, nas palavras de Conceição Evaristo (apud DUARTE; NUNES, 2020), promovendo não apenas o acesso à leitura, mas a afirmação de histórias, subjetividades e saberes que historicamente foram negados. Esse é, sem dúvida, um caminho para a construção de uma escola mais justa, plural e radicalmente antirracista.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 29 jul. 2025.

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. São Paulo: Itaú Social, 2020.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MUNIZ, Kassandra; BRITO, Thiago Henrique Borges; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: produção de cartazes digitais como forma de afirmação da intelectualidade jovem e negra**. Revista da ABPN, v. 10, p. 601-628, jan. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54991>. Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, [S. l.], v. 30, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GOUVEIA, Nívia Millena da Silveira. **A presença de literaturas africanas em língua portuguesa em livro didático do ensino médio**. 2023. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2023.

VIEGAS, Ana Carolina Silva. **Literaturas africanas de língua portuguesa no Ensino Médio: uma reflexão necessária**. 2023. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2023.

SOUZA, Ana Lucia Silva. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop**. 2009. 219 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de

Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1612123. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTOS, Sulanita Bandeira da Cruz; Tereza Brito Ferreira, Andréa. **Análise dos livros didáticos de língua portuguesa da educação de jovens e adultos: letramento e especificidades.** 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, Sulanita Bandeira da Cruz. **As identidades dos sujeitos leitores da EJA: análise da coleção Viver, aprender.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MODERNA, Editora. Organizadora. **Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita – 2º segmento – Volume 1.** São Paulo: Moderna, 2025.

MODERNA, Editora. Organizadora. **Nova EJA Moderna – Leitura e Escrita – 2º segmento – Volume 2.** São Paulo: Moderna, 2025.